

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.535 - MS (2019/0293027-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : E L D (PRESO)
ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO RODRIGUES DA ROSA - MS010163
JAKSON GOMES YAMASHITA - MS015666
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

O recorrente alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão do Tribunal de origem.

Nas razões deste feito, sustenta a defesa, resumidamente, o não preenchimento dos requisitos para a imposição da medida extrema elencados no art. 312 do Código de Processo Penal e a falta de fundamentação concreta do decreto prisional, pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito.

Pleiteia, assim, ante a presença do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, a concessão da medida liminar, para que seja concedida liberdade provisória ao réu.

Decido.

A análise da decisão impugnada neste feito **não** revela, a um primeiro olhar, ilegalidade na constrição da liberdade a ensejar o desejado atendimento do pedido formulado na impetração.

A prisão preventiva do recorrente foi decretada pelo Magistrado natural da causa tendo como motivo (exigência cautelar) a necessidade de resguardar a ordem pública, que, provavelmente, seria colocada em risco se mantida sua liberdade plena.

No caso, o Juízo singular assentou o seguinte ao decretar a constrição cautelar da liberdade do réu (fl. 242, grifei):

A garantia da ordem pública como motivo autorizador da decretação da prisão preventiva reflete na paz e tranquilidade que poderão ser abaladas caso os requeridos não sejam segregados, sendo patente que a

prática do crime se revela gravidade concreta.

De acordo com os elementos informativos colacionados nesta representação, **o investigado, policial civil, em tese, durante o plantão da delegacia de polícia, no período noturno, retirou do depósito cerca de 177 kg (cento e setenta e sete quilos) de "maconha", transportou o entorpecente em viatura policial até o sítio do comparsa Moisés Lopes Pereira, agindo ambos em conluio com Cristino da Silva Marques. Ato contínuo, o representado retornou com a viatura até a delegacia, trazendo cerca de 200kg (duzentos quilos) de droga da mesma natureza, possivelmente de qualidade inferior, substituindo a quantidade anteriormente subtraída.**

Ora, a conduta noticiada nos autos é extremamente grave, revelando a periculosidade do agente, levando em conta a quantidade de substâncias entorpecentes subtraída e posteriormente substituída, tudo indicando seu profundo envolvimento com organizações criminosas atuantes no tráfico de entorpecentes. Aliás, chama a atenção o *modus operandi*, eis que, em tese, na condição de agente público, realizou a subtração e substituição do entorpecente empregando uma viatura policial.

Tais circunstâncias apontam a imprescindibilidade da medida extrema, estando, pois, presentes os pressupostos e requisitos da prisão preventiva, a fim de acautelar a ordem pública.

Essas circunstâncias evidenciam, à primeira vista, a necessidade de manutenção da prisão preventiva para assegurar a ordem pública, dada **a gravidade concreta do delito cometido, em que o réu – agente público responsável pela guarda de drogas na delegacia de polícia – teria subtraído 177 kg de maconha e substituída por droga congênere, provavelmente de qualidade inferior.**

À vista do exposto, não vislumbro, ao menos por ora, constrangimento ilegal a sanar em sede de medida de urgência, de modo que a controvérsia será analisada na oportunidade própria do seu julgamento definitivo.

Indefiro a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao magistrado singular sobre os fatos alegados na inicial, devendo informar

Superior Tribunal de Justiça

qualquer alteração no quadro fático atinente à ação penal de que se cuida.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

